CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 2ª Sessão Ordinária de 2023

Dia: 28/02/2023 Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SAF Sul, Quadra 2, Lote 3

Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

1) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de

subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao

recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Amapá

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

2) Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos

Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios

Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a

Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras

providências.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º

078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de

liminar.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio Grande do Norte

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita

Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento

de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação

dos candidatos aprovados.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Alagoas

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

5) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner

Advogados: Fábio Medina Osório - OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo -

OAB/DF n.º 44.181

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do

Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96.

Portaria CNMP-CN nº 46/2019.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

6) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58

Requerente: Cristiano Zanin Martins

Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal Interessado: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão

de Carvalho - OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller - OAB/DF n.º

20.742

Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente

PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da

representação.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7^a Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará

Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA n° 23.621; Daniel Konstadinidis

- OAB/PA n° 9.167; Thiago Carvalhaes Peres - OAB/PA n° 21.233

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da

Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º

007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Pará

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

8) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º

11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos

Ministérios Públicos estaduais.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato

Barão Varalda

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria

Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica

n° 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10^a Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05

Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de

Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado

de Minas Gerais. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Minas Gerais

Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº

101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos

membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Bahia

Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 15^a Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do

direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº

48/2020

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

13) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)

Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração

do art. 4°, § 1°, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações

obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedido de Vista na 17^a Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76

Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia Interessado: Comissão de Infância e Juventude

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022.

5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-

19.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Bahia

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 18^a Sessão Ordinária de 2022 (29/11/2022)

15) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Mato Grosso do Sul

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 11595

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua

atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Pará

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Cons. Rinaldo Reis Lima

17) Sindicância nº 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca –

OAB/AM n.º 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM n.º 5.891

Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do

Estado do Amazonas.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Amazonas

Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00929/2022-05 (Recurso Interno) (Apenso:

Processo n° 1.00938/2022-98)

Recorrente: Marcos Antonio Ferreira das Neves Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos da decisão

proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público. Declaração de suspeição de membro para atuar na condição de integrante do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 037/2021-CPJ. Arquivamento do Inquérito Civil nº 000029-009/2020. Notícia de Fato Nº 000441-151/2021.

Pedido liminar.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Pará

Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2023 (14/02/2023)

19) Reclamação Disciplinar nº 1.00974/2022-51

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo;

Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

20) Proposição nº 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe

sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

21) Proposição nº 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5°, do RICNMP.

Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como

base de ato administrativo objeto de controle.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

22) Proposição nº 1.00891/2018-03

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários

Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não

intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse

público ou social.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

23) Proposição nº 1.00461/2019-18

Requerente: Lauro Machado Nogueira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução.

Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e

vitaliciamento de membros do Ministério Público.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

24) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho

Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF

n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues –

OAB/DF n.º 42.804

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º

1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao

Presidente da Câmara dos Deputados.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18^a Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

25) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação.

Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

26) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental.

Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

27) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do

Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na

Educação Básica – PNAE.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

28) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição

da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas — magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal,

acadêmicas e servidoras públicas.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

29) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado.

Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da

entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

30) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público do Estado de Santa Catarina.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

31) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Paraná

32) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do

Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de

existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

33) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional

dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho

Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução.

Acrescenta o § 5° ao art. 1°, da Resolução CNMP n° 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do

Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

34) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos - OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia -

OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo;

Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no

bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério

Público.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

35) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Sigiloso

Embargado: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão

de Carvalho - OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller - OAB/DF n.º

20.742

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

36) Proposição nº 1.00138/2022-02

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos

Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério

Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo

1° da Resolução CNMP n° 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução

CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10^a Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18

Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins

Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial

para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de

liminar.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

38) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito

negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã,

Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

39) Proposição nº 1.00220/2019-05

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º

20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos

Humanos.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

40) Proposição nº 1.00301/2019-05

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei.

Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

41) Proposição nº 1.00708/2019-32

Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação.

Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à

ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

42) Procedimento Avocado nº 1.01165/2021-03

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre

Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de

Castro – OAB/AC n.º 3.131

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério

Público do Estado do Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado.

Procedimento Administrativo Disciplinar nº 10.2020.0000063-0. Acórdão

proferido na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00601/2021-72.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Acre

43) Proposição nº 1.00139/2022-58

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos

Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da

União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de

13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Distrito Federal

44) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32

Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo

Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido

liminar.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Ceará

45) Proposição nº 1.00630/2022-42

Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº

173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação

extrajudicial finalística.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

46) Proposição nº 1.00653/2022-00

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos

Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da

União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração

do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de

visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15^a Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

47) Proposição nº 1.00634/2022-67

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes

para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

48) Proposição nº 1.00635/2022-10

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos

Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da

União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental.

Alteração do art. 148, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do

Ministério Público.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 16^a Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

49) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93

Requerente: Angelo Goulart Villela

Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão - OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza

Oliveira – OAB/DF n.º 36482

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar

nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

50) Proposição nº 1.01297/2021-90

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução.

Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de

segurança pública e do controle externo da atividade policial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

51) Proposição nº 1.01301/2021-92

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução.

Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de

fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)

Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa

Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção

e de remoção. Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de

Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido Liminar

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Pará

53) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76

Requerente: Ângelo Goulart Villela

Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza

Oliveira – OAB/DF n.º 36482

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de

nulidade.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Incluídos na Pauta da 17^a Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

54) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)

Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca

Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º

83.744

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Paraná

55) Pedido de Providências nº 1.00642/2021-04

Requerentes: Belivaldo Chagas Silva; Camilo Sobreira de Santana; Flavio Dino de Castro

e Costa; João Azevedo Lins Filho; José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; José Wellington Barroso de Araujo Dias; Maria de Fátima Bezerra; Paulo

Henrique Saraiva Câmara; Rui Costa dos Santos

Advogados: Ricardo de Lima Sellos - OAB/MA n.º 8386; Rodrigo Maia Rocha -

OAB/MA n.º 6469

Requeridos: Lindora Maria Araujo; Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Determinação de redistribuição do Procedimento

Administrativo nº 1.00.000.005524/2020-93 ao órgão ministerial competente. Apuração da utilização de recursos públicos federais repassados aos Estados para o combate à pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Suspensão imediata da prática de qualquer ato pela Reclamada no referido procedimento administrativo. Violação ao princípio do Promotor Natural.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

56) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00693/2021-90 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Advogado: João Pedro de Souza Mello – OAB/DF n.º 63.016

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Corregedoria Geral do

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reclamação

Disciplinar nº 1.00476/2020-00. Exercício da advocacia por parte de integrante dos quadros de membros ativos do Parquet. Reincidência. Desrespeito à decisão proferida e penalidade aplicada pelo Conselho

Nacional do Ministério Público.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

57) Conflito de Atribuições nº 1.00550/2022-04

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público

do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.33.000.000860/2022-61. Apuração de possíveis irregularidades ambientais decorrentes de poluição atmosférica causada pelo excesso de tráfego de caminhões e alta propagação de poeira, oriundos do empreendimento minerário SL VIEIRA TERRAPLANAGEM, em

Biguaçu/SC.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Santa Catarina

58) Conflito de Atribuições nº 1.00713/2022-50

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no

Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 38.0419.0000014/2022-1. Processo nº 5002164-49.2019.4.03.6115. SEI 29.0001.0094748.2022-78. Apuração de prática do crime disposto no art. 334-A, § 1º, inciso IV, do Código Penal. Proposta de acordo de não persecução penal. Município de São João da Boa Vista/SP. Município de

Santa Cruz das Palmeiras/SP.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: São Paulo

59) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00848/2022-05 (Recurso Interno)

Recorrente: Diomar Bezerra Lima

Advogado: Eduardo Grolli – OAB/MA n.º 6505

Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requer que o Parquet reassuma a

elaboração da folha de pagamento dos aposentados, atualmente delegada ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado – IPREV/MA, autarquia estadual vinculada ao Poder Executivo, com o intuito de preservar a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Ministério Público

do Estado do Maranhão.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Maranhão

60) Conflito de Atribuições nº 1.00942/2022-00

Requerente: Procuradoria da República – Rondônia Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Ministério Público do

Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.31.000.001246/2017-23. Apuração de possíveis irregularidades em obras públicas em escolas com recursos públicos provenientes do FNDE. Termo de Compromisso do Programa Ações Articuladas — PAR 32157/2014.

Município de Governador Jorge Teixeira/RO.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Rondônia

61) Conflito de Atribuições nº 1.01043/2022-61

Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares

Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas.

Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em barragem sem licença ambiental no

Município de Batalha/AL.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

62) Conflito de Atribuições nº 1.01109/2022-40

Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Espírito Santo. Ministério Público do Trabalho.

Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 2022.0006.3304-16. Apuração de negativa do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim em desfiliar sindicalizados.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Espírito Santo

63) Proposição nº 1.01122/2022-54

Requerente: Moacyr Rey Filho

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Criação da Estratégia Nacional do

Ministério Público Digital (MP Digital).

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Incluídos na 19^a Sessão Ordinária de 2022 (19/12/2022)

64) Proposição n° 1.00152/2019-10 (Apenso: Processo n° 1.01037/2020-51)

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução.

Determinação para a manutenção de cadastro de palestrantes com o objetivo de fomentar a paridade de gênero nos eventos promovidos ou apoiados pelas

unidades do Ministério Público.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

65) Reclamação Disciplinar nº 1.00422/2019-93 (Pedido de Revisão)

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Requeridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810

Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática proferida pela Corregedoria

Nacional do Ministério Público que determinou o arquivamento de reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

66) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)

Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu - OAB/DF n.º 41777; Raimundo

Cezar Britto Aragão - OAB/DF n.º 32147-B; Nuredin Ahmad Allan -

OAB/PR n.º 37.148-A

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

67) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.

Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201 Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público do Estado do Paraná.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

68) Reclamação Disciplinar nº 1.00784/2020-45 (Recurso Interno)

Recorrente: Claudio Bomfim de Castro e Silva

Advogado: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ n.º 47698 Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF n.º 12.500 Juliana Moura

Alvarenga Dilascio - OAB/DF n.º 20.522; Luciana Moura Alvarenga

Simioni – OAB/DF n.º 1878-A

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00679/2021-23

Requerente: Carlos Moises da Silva

Advogado: Luis Irapuan Campelo Bessa Neto – OAB/SC n.º 041393

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Terceira Turma Revisora do

Conselho Superior. Apuração de atos de improbidade administrativa praticados na aquisição de 200 ventiladores pulmonares, pelo Estado de Santa Catarina, no âmbito do Inquérito Civil nº 06.2020.00001921-9. Apreciação de Promoção Parcial de Arquivamento com relação ao Governador do Estado. Alegação de violação às prerrogativas do exercício profissional da advocacia, bem como ao devido processo legal. Pedido de

liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Santa Catarina

70) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)

Recorrente: Cristiano Zanin Martins

Advogados: Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP n.º 368980; Eduardo Ramos Junior

OAB/SP n.º 304887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP n.º 77513;
Eliakin Tatsuo Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP n.º 386266; Guilherme
Queiroz Gonçalves – OAB/DF n.º 37961; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP n.º 448673; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP n.º 153720;
Ari Crispim dos Anjos Junior – OAB/SP n.º 256825; William Gabriel

Waclawovsky – OAB/SP n.º 373933

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de

Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º

34.673

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério

Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

71) Reclamação Disciplinar nº 1.01351/2021-15 (Recurso Interno)

Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil

Advogado: João Augusto Soares Viegas – OAB/AL n.º 8814 Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas Advogado: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL n.º 12.623

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público do Estado de Alagoas.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Alagoas

72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2022-31

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção da Bahia Advogado: Edgard da Costa Freitas Neto – OAB/BA n.º 26466

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação do

Ministério Público do Estado da Bahia; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos

Advogados do Brasil; Priscilla Lisboa Pereira

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Recomendação 01/2022, expedida

pela Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público – 7ª Promotoria de Justiça. Rescisão imediata de contratos administrativos firmados com escritórios de advocacia mediante inexigibilidade de licitação prescindindo da demonstração prévia de ocorrência, no caso concreto, de ilícito. Alegação de falta de fundamentação apropriada, exigida pelo art. 7º, da Resolução CNMP n.º 164/2017. Pedido de

liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Bahia

73) Proposição nº 1.00225/2022-24

Requerente: Rinaldo Reis Lima

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno

do CNMP. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013. Aumento da

duração do Plenário Virtual.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

74) Pedido de Providências nº 1.00306/2022-24

Requerente: Uly Tognolo

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Alegação de irregularidades na

avaliação funcional de servidores.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: São Paulo

75) Notícia de Fato nº 1.00533/2022-78 (Recurso Interno)

Recorrente: Frederico Batistella Yasuda

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Informa supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: São Paulo

76) Reclamação Disciplinar nº 1.00608/2022-48 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Corregedoria Geral do

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Distrito Federal

77) Pedido de Providências nº 1.00719/2022-81

Requerente: João Paulo da Silva Mendes

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Regulamentação de

assistência médico-hospitalar a servidores do quadro auxiliar. Distinção para com membros. Alegação de violação ao princípio da isonomia. Alegação de

não cumprimento da Resolução CNMP n.º 223/2020.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Minas Gerais

78) Pedido de Providências nº 1.00724/2022-58

Requerente: Viviane Mendes dos Santos

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuação. Promoção de

arquivamento. Promotoria de Justiça PRÓ-VIDA. Notícia de Fato nº 08190.006465/21-21. Procedimento Administrativo 08190.000869/20-66. Apuração de fatos possivelmente ilícitos imputados a servidores do

IML/PCDF. Pedido liminar.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Distrito Federal

79) Conflito de Atribuições nº 1.01200/2022-93

Requerentes: Procuradoria Regional do Trabalho – 17ª Região/ES; Procuradoria do

Trabalho no Município de Colatina – 17ª Região/ES

Requeridos: Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Promotoria de Justiça de

Marilândia

Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Ministério

Público do Estado do Espírito Santo. OUV2022095990. NF 000081.2022.17.003/0. Possíveis irregularidades na eleição da diretoria e da presidência do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de

Marilândia/ES.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Espírito Santo

Incluídos na 1ª Sessão Ordinária de 2023 (14/02/2023)

80) Proposição n° 1.00278/2021-28 (Apenso: Processo n° 1.00713/2021-60)

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos

Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Ministérios

Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios

para promoção e remoção por merecimento e para permuta entre membros do Ministério Público, consolidando as Resoluções nº 2/2005, e nº 215/2020.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

81) Conflito de Atribuições nº 1.00582/2022-47

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Paraíba.

Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.24.000.001110/2019-10. Apuração de danos ambientais promovidos por mineração ilegal de areia, localizada no sítio Sobradinho, Zona Rural do Município de Alhandra/PB.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Paraíba

82) Proposição nº 1.00640/2022-97 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Institui a Doutrina de Inteligência

do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Distrito Federal

83) Reclamação Disciplinar nº 1.00660/2022-86 (Recurso Interno)

Recorrente: Clessio Alves Sousa

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério

Público do Estado da Bahia.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Bahia

84) Conflito de Atribuições nº 1.00870/2022-00

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do

Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2022.00514375. Notícia de Fato MP/MT 005219-001/2022. Apuração de suposto crime de falsidade material de documento. Pedido de

indenização em razão de acidente de trânsito.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Mato Grosso

85) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00951/2022-00

Requerente: Marcelo Auday de Pinho

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Decisão. Procedimento

> 2022.012312. Concessão de dois vencimentos por comprovado acidente de trabalho. Indeferimento do procedimento 2019.026614. Ausência de

justificativa com respaldo legal. Pedido liminar.

Cons. Paulo Cezar dos Passos Relator:

Origem: Amazonas

86) Notícia de Fato nº 1.00987/2022-67 (Recurso Interno)

Recorrente: Clessio Alves Sousa

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa

supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Bahia

87) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01105/2022-26 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargantes: Sigilosos

Advogada: Jane Maria Gomes Pancinha – OAB/RS n.º 87543 Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. XLIX Concurso para

> Ingresso à Carreira. Pedido de anulação da questão nº 3, do Grupo III, da prova discursiva. Exigência, no espelho de correção, de conhecimentos sobre doutrina estrangeira e autores não citados pela doutrina consagrada e jurisprudência. Alegação de ilegalidade, desproporcionalidade e teratologia.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Rio Grande do Sul Origem:

88) Conflito de Atribuições nº 1.01212/2022-45

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do

> Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ 2022.00942811. Apuração de possível crime de tentativa de estelionato, em razão de proposta enviada pela empresa "Global Travels e Tours Brasil".

Cons. Paulo Cezar dos Passos Relator:

Origem: Rio de Janeiro 89) Conflito de Atribuições nº 1.01255/2022-94

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público

do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.001288/2022-59. Apuração de possíveis crimes contra a administração pública em contratos firmados entre a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil e a sociedade empresária Cientificlab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda., nos termos do Processo TCE/RJ nº 15.681-

6/2008.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rio de Janeiro

90) Conflito de Atribuições nº 1.01264/2022-85

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do

Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 02.2022.00136742-8. Execução de pena de multa aplicada nos autos do processo 1500199-84.2020.8.26.0603. 2ª Vara Judicial do Foro de Guararapes/SP. 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo

Grande/MS.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: São Paulo

91) Conflito de Atribuições nº 1.01265/2022-39

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná Requerido: Procuradoria da República – Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do

Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGJ/MPPR nº 20713/2022. Notícia de Fato nº 1.25.000.004270/2022-89. Apuração de notícia apresentada pelo Consórcio Intergestores Paraná Saúde acerca de problemas vivenciados na aquisição de medicamentos para

atendimento à Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Paraná

92) Conflito de Atribuições nº 1.01274/2022-20

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do

Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato MPPR 0010.22.002297-3. Autos de Execução de Pena nº 8000008-78.2022.8.24.0015. Execução da pena de multa aplicada à condenação de crime de estelionato. Comarca de Canoinhas/SC. Comarca de Araucária/PR.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Santa Catarina

93) Conflito de Atribuições nº 1.00003/2023-47

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do

Estado de Minas Gerais. Conflito Negativo de Atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.004.000112/2022-21. Notícia de Fato nº MPMG-0479.22.000328-5. Apurar suposto crime de falsificação de documentos particulares utilizados para incorporação ilícita de terras públicas pertencentes ao Parque Nacional

da Serra da Canastra.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Minas Gerais

94) Conflito de Atribuições nº 1.00042/2023-71

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do

Norte. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0810796-26.2021.4.05.8400. Possível prática de homofobia por parte de apresentador

de televisão em desfavor da Governadora do Rio Grande do Norte.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Amazonas

95) Conflito de Atribuições nº 1.00084/2023-67

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público do Estado da

Bahia. Conflito Negativo de Atribuições. IDEA-MPBA Nº 003.9.316256/2022. MPCE nº 08.2020.00101978-1. Apura suposto crime de estelionato envolvendo as empresas Belcorp, Telefônica do Brasil e Tim do Brasil sediadas nos Estados de São Paulo e da Bahia e vítima residente no

Município de Crato-CE.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Ceará

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público